



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 15578.720025/2012-16  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** 1302-006.346 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 18 de novembro de 2022  
**Recorrente** BRAZIL TRADING LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 2009

COMPENSAÇÃO. CRÉDITO REDUZIDO EM LANÇAMENTO DE OFÍCIO TRATADO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISTINTO. REANÁLISE DAS RAZÕES RECURSAIS CONTRA O LANÇAMENTO. DESNECESSIDADE. NULIDADE. INEXISTÊNCIA.

Não padece de nulidade a decisão administrativa relativa à análise de compensação, quando fundamentada nos resultados apurados em processo administrativo que trata de lançamento de ofício que reduziu o direito creditório compensado.

A análise das razões recursais destinadas a atacar o lançamento deve ser realizada no processo administrativo principal, sendo desnecessária a reapreciação no processo que trata da compensação.

PROCESSO DECORRENTE. SUSPENSÃO ATÉ A DECISÃO DEFINITIVA RELATIVA AO PROCESSO PRINCIPAL INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. NULIDADE. INEXISTÊNCIA.

Inexiste previsão legal para a suspensão de processo decorrente até que seja proferida decisão administrativa em processo principal. O julgamento proferido com base em decisão administrativa de mesma instância é válido, não contendo nulidade.

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)**

Ano-calendário: 2009

COMPENSAÇÃO. PARCELAMENTO POSTERIOR. GLOSA DE ESTIMATIVAS COBRADAS EM PER/DCOMP. DESCABIMENTO.

Na hipótese de compensação não homologada, os débitos serão cobrados com base em Pedido de Ressarcimento ou Restituição/Declaração de Compensação (Per/DComp), e, por conseguinte, não cabe a glosa dessas estimativas na apuração da contribuição a pagar ou do saldo negativo apurado na Declaração de Informações Econômico Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), inclusive na hipótese de ocorrência de posterior parcelamento dos referidos valores.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, em dar provimento parcial ao Recurso Voluntário, para reconhecer um direito creditório correspondente ao saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009, no montante de R\$ 17.415.915,53, e homologar as compensações tratadas no presente processo, até o limite do crédito reconhecido, nos termos do relatório e voto do relator.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Henrique Silva Figueiredo – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Ailton Neves da Silva (suplente convocado), Flávio Machado Vilhena Dias, Fernando Beltcher da Silva (suplente convocado), Sávio Salomão de Almeida Nóbrega, Fellipe Honório Rodrigues da Costa (suplente convocado) e Paulo Henrique Silva Figueiredo. Ausente o Conselheiro Marcelo Oliveira.

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário (fls. 1.187/1.209) interposto contra o Acórdão n.º 01-30.427, proferido pela 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém/PA (fls. 1.170/1.176), que, por unanimidade de votos, julgou improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela ora Recorrente.

O presente processo se originou da apresentação das Declarações de Compensação (DComp) n.º 24078.99269.050312.1.7.02-0176, 30627.70303.240212.1.7.02-4477 e 28863.60984.300312.1.7.02-2009, por meio das quais a Recorrente compensou suposto saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), apurado em Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) retificadora relativa ao ano-calendário de 2009 (fls. 226/319), no valor de R\$ 55.966.179,37.

As compensações não foram homologadas, conforme Parecer Seort n.º 1.801/2013 e Despacho Decisório nele embasado (fls. 845/851), tendo em vista que o saldo negativo invocado teria sido revertido em saldo a pagar de IRPJ, em decorrência do lançamento de ofício de que trata o processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78.

Cientificada da referida decisão, a Recorrente apresentou a Manifestação de Inconformidade de fls. 862/960, sintetizada na decisão de primeira instância, nos seguintes termos:

1. A decisão é nula pelo fato do lançamento que alterou a base de cálculo do IRPJ ter sido objeto de impugnação, carecendo portanto de definitividade;
2. Deve ser reconhecida a prejudicialidade da impugnação em relação a este processo, conforme art. 265, IV, “a” e “b”, do Código Processo Civil;

3. Apenas com o trânsito em julgado do processo administrativo que aprecia o lançamento é que a situação jurídica se constitui definitivamente, nos termos do art. 116, II, do CTN;
4. Deve-se aguardar o desfecho daquele processo, sob pena de ofender o art. 151, III, do CTN;
5. Requer a suspensão do processo e/ou a conversão do julgamento em diligência, até que seja proferida decisão final (com trânsito em julgado) nos autos do Processo Administrativo n.º 15578.720163/2013- 78;
6. As despesas constituídas e contabilizadas, bem como a composição primitiva da base de cálculo da IRPJ, são regulares. Pelo que repetiu os argumentos apresentados na impugnação ao lançamento objeto do processo 15578.720163/2013-78.

No Acórdão recorrido, rejeitou-se a preliminar de nulidade da decisão administrativa, por ausência de amparo legal, enfatizando-se, ademais, a necessidade da atividade da autoridade fiscal, ante o decurso do prazo previsto para a homologação tácita das compensações declaradas.

Rejeitou-se, igualmente, a suspensão do trâmite processual, posto que já teria havido a decisão de mesma instância em relação ao processo que cuida do lançamento de ofício que alterou o saldo negativo pleiteado.

Finalmente, apesar de observados os reflexos da decisão exarada no processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78, foi apurado saldo a pagar de IRPJ, de modo que se julgou improcedente a manifestação de inconformidade.

O Acórdão recebeu a seguinte ementa:

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Exercício: 2012

Ementa:

**NORMAS PROCESSUAIS. NULIDADE.** Comprovado que o procedimento fiscal foi feito regularmente, não se apresentando, nos autos, as causas apontadas no art. 59 do Decreto n.º 70.235/1972, não há que se cogitar em nulidade processual, nem nulidade da decisão enquanto ato administrativo.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.** As disposições do Código de Processo Civil têm aplicação subsidiária no processo administrativo fiscal, neste não se impondo quando houver previsões legislativas específicas.

**COMPENSAÇÃO. LANÇAMENTO. MODIFICAÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO.** O lançamento efetuado pela autoridade fiscal, que contesta o crédito indicado pelo sujeito passivo na declaração de compensação, ainda que em grau de recurso, é suficiente para negar a existência do direito creditório, por ausência da liquidez e certeza.

No Recurso Voluntário apresentado após a ciência da decisão (fls. 1.187/1.209), a Recorrente repete as alegações referentes a nulidade e prejudicialidade, tece breves comentários acerca do mérito da autuação tratada no processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78, e sustenta a regularidade das compensações realizadas com o saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009.

Em 16 de agosto de 2017 e 17 de abril de 2019, por meio das Resoluções n.º 1302-000.513 (fls. 1.324/1.326) e 1302-000.751 (fls. 1.501/1.502), esta Turma Julgadora converteu o julgamento do presente processo em diligência, de modo a, respectivamente, esclarecer o montante efetivamente extinto a título de estimativas de IRPJ, em relação ao ano-calendário de 2009, até a data de apresentação da DComp n.º 17179.21237.201211.1.3.020232 e aguardar a realização de diligências no processo n.º 15578.720163/2013-78.

Após isto, desta vez por meio da Resolução n.º 1302-000.790, de 12 de novembro de 2019, o julgamento dos presentes autos foi sobrestado para aguardar a decisão definitiva nos autos do processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78 (fls. 1.504/1.506).

Após a referida decisão, conforme documentos de fls. 1.507/1.607, o processo retorna para julgamento.

É o relatório.

## **Voto**

Conselheiro Paulo Henrique Silva Figueiredo, Relator.

### **1 DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

A Recorrente foi cientificada da decisão de primeira instância em 24 de dezembro de 2014 (fl. 1.209) e apresentou o Recurso Voluntário, em 22 de janeiro de 2015, dentro, portanto, do prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 33 do Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972.

O Recurso é assinado por Procuradoras, devidamente constituídas às fls. 1.317.1.319.

A matéria objeto do Recurso está contida na competência da 1ª Seção de Julgamento do CARF, conforme Art. 2º, inciso I, e Art. 7º do Anexo II do Regimento Interno do CARF (RI/CARF), aprovado pela Portaria MF n.º 343, de 9 de junho de 2015.

Isto posto, o Recurso é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade, portanto, dele tomo conhecimento.

### **2 DA RELAÇÃO DE DECORRÊNCIA COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 15578.720163/2013-78**

Como dito, contra o Recorrente, foi lavrado Auto de Infração, no âmbito do processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78, que alterou o crédito que deu suporte à apresentação das DComp de que trata o presente processo.

Assim, há nítida relação de dependência entre o julgamento do presente processo e o daqueles autos, nos termos do art. 6º, §1º, inciso II, do Anexo II do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF n.º 343, de 09 de junho de 2015.

Nesse sentido, tal como pleiteado pela Recorrente, o julgamento deste autos foi sobrestado para aguardar a decisão definitiva do processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78.

Após ser proferida a mencionada decisão e não havendo mais recurso cabível por parte da Recorrente, este processo retorna a julgamento, ocasião em que devem ser observados os reflexos em relação ao crédito aqui invocado.

### **3 DA NULIDADE E DO CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA**

A título de preliminar, a Recorrente suscita a nulidade do Parecer e Despacho Decisório que não homologaram a compensação declarada por meio das Declarações de Compensação (DComp) tratadas neste processo administrativo. Alega que os referidos documentos foram elaborados de forma precipitada, na medida em que não havia ainda decisão definitiva acerca da recomposição do saldo negativo de IRPJ promovida pelo lançamento de ofício tratado no processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78, o que representaria cerceamento do seu direito de defesa, já que lhe teria sido ceifado o direito de se defender de “fato/penalidade/situação líquida, certa e definitiva, ou seja, já consumada com subsídios em situações sobre as quais não restem dúvidas e/ou recursos pendentes de julgamento”.

Como bem exposto na decisão de primeira instância, as alegações de nulidade dos atos praticados nos processos administrativos fiscais devem ser analisadas à luz do art. 59 do Decreto n.º 70.235, de 1972. Transcreve-se o referido dispositivo legal, juntamente com o art. 60 do mesmo diploma:

Art. 59. São nulos:

I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

§ 1º A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam conseqüência.

§ 2º Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados, e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

§ 3º Quando puder decidir do mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.(Redação dada pela Lei n.º 8.748, de 1993)

Art. 60. As irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade e serão sanadas quando resultarem em prejuízo

para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa, ou quando não influírem na solução do litígio..

A matéria foi adequadamente abordada no Acórdão recorrido, onde se concluiu que não existir evidência de nulidade na decisão que não homologou a compensação realizada pela Recorrente, posto que "o Despacho Decisório foi lavrado por servidor competente e o atuado tomou conhecimento da decisão, tendo sido concedido ao mesmo o amplo direito de defesa, o que exerceu amplamente, conforme Manifestação de Inconformidade recebida e conhecida de fls. 862-960."

De fato, não procede a alegação da Recorrente de que, ao não se aguardar o trâmite do processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78, houve cerceamento do seu direito de defesa, no sentido de que foi impedida de se defender de fato consumado com base em situação pendente de julgamento.

Embora, como já repetido, o presente processo administrativo guarde relação de decorrência com os autos que tratam do lançamento de ofício que reduziu o saldo negativo de IRPJ apurado pela Recorrente em relação ao ano-calendário de 2009, não há previsão legal que determine que o seu julgamento deva aguardar a decisão definitiva daquele processo.

Tratando os presentes autos de declarações de compensação, mostra-se, na verdade, necessário que a autoridade administrativa profira a sua decisão antes do término do trâmite do processo administrativo principal. É que, como bem apontado na decisão de primeira instância, as decisões quanto às compensações declaradas nos termos do art. 74 da Lei n.º 9.430, de 1996, devem ser adotadas no prazo de até cinco anos após a apresentação da declaração de compensação, sob pena de se operar a homologação tácita, conforme §5º do mencionado dispositivo legal:

Art. 74 [...]

§ 5º O prazo para homologação da compensação declarada pela sujeito passivo será de 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da declaração de compensação.(Redação dada pela Lei n.º 10.833, de 2003)

O recomendável, e foi a posição adotada pelos julgadores *a quo*, é que se aguarde a decisão de mesma instância no processo principal, o que é corroborado pelo art. 6º, §5º, do Anexo II do RI/CARF, que prevê a mesma sistemática para os julgamentos dos recursos de competência do CARF. Com isso, não há violação ao devido processo legal e se evita o proferimento de decisões conflitantes.

Tampouco, cabe se falar em prejuízo ao direito de defesa da Recorrente, na medida em que a decisão tomada nestes autos observa, sempre, os reflexos do que decidido nos autos principais e lhe foi assegurado o direito de se insurgir em relação a todas as decisões e ter a sua defesa apreciada pelas instâncias julgadoras.

A decisão adotada por esta Turma que decidiu por suspender o julgamento do recurso voluntário interposto neste processo até a decisão definitiva exarada no processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78 tem a ver com o fato de que, no âmbito do CARF, há a possibilidade de apresentação de variados recursos, com diferentes exigências para a admissibilidade. Neste sentido, aqui sim, há a possibilidade de eventual prejuízo ao direito de defesa dos contribuintes ao não se aguardar o trâmite do processo principal, já que pode haver

modificação do quanto decidido pelas turmas ordinárias e extraordinárias no processo principal, sem que, por questões de pressupostos recursais, tal decisão possa ser refletida no processo decorrente.

Destaque-se que esta Turma Julgadora (ainda que em outra composição), em recente processo de minha relatoria, decidiu pela inexistência de nulidade pela ausência de suspensão de processo decorrente, conforme ementa a seguir transcrita:

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2005

[...].

PROCESSO DECORRENTE. SUSPENSÃO ATÉ A DECISÃO DEFINITIVA RELATIVA AO PROCESSO PRINCIPAL INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. NULIDADE. INEXISTÊNCIA.

Inexiste previsão legal para a suspensão de processo decorrente até que seja proferida decisão administrativa em processo principal. O julgamento proferido com base em decisão administrativa de mesma instância é válido, não contendo nulidade. (Acórdão n.º 1302-005.226, de 10 de fevereiro de 2021)

Deve ser, portanto, rejeitada a preliminar de nulidade.

Quanto aos pedidos subsidiários para a suspensão do presente processo e/ou conversão do julgamento em diligência para nova recomposição do saldo negativo compensado, já se informou que houve a suspensão pleiteada, sendo desnecessária a conversão do julgamento em diligência, já que os reflexos da decisão definitiva proferida no processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78 são facilmente observados no acórdão juntado a estes autos (fls. 1.507/1.607).

Assim, com fundamento no art. 18 do Decreto n.º 70.235, de 1972, deve ser rejeitada a diligência pleiteada.

## **4 DO MÉRITO**

### **4.1 DAS ALEGAÇÕES RELATIVAS AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO**

No que se relaciona ao mérito do recurso, não cabe aqui reanalisar as questões relacionadas ao lançamento de ofício tratado no processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78, quanto às glosas de despesas e possibilidade de recomposição da base de cálculo do IRPJ. Todos os pontos já foram objeto de decisão administrativa definitiva, nos termos do Acórdão n.º 1302-003.996.

Resta, portanto, exclusivamente, observar quais os reflexos da referida decisão em relação ao saldo negativo de IRPJ compensado nos presentes autos, o que se demonstra pela reprodução do quadro abaixo, extraído do mencionado Acórdão:

Quadro XV – Valores devidos a título de IRPJ

	2008	2009	2010
LR AJUSTADO AUTO	212.110.861,47	154.387.892,49	366.911.891,95
AJUSTES CARF			
(-) GLOSAS IMPROCEDENTES		1.850.305,66	1.931.346,82
(-) EXCLUSÃO PROCEDENTE	1.418.920,82	1.147.873,84	519.373,10
LR AJUSTADO CARF	210.691.940,65	151.389.712,99	364.461.172,03
IRPJ 15%	31.603.791,10	22.708.456,95	54.669.175,80
ADIC. 10%	21.045.194,07	15.114.971,30	36.422.117,20
IRPJ TOTAL	52.648.985,16	37.823.428,25	91.091.293,01
DEDUÇÕES			
(-) IRRF	314.209,43	79.044,64	318.868,52
(-) IRRF ÓRGÃO PÚBLICOS	4.968,00	-	-
(-) FUNDO DCA	-	-	153.130,14
(-) IRPJ ESTIMATIVA PAGO	9.047.674,37	5.683.955,06	41.864.599,98
(-) IRPJ ESTIMATIVA COMP.	3.284.814,45	764.338,64	3.868.084,24
(-) IRPJ ESTIMATIVA PARC.	73.341.050,93	48.712.005,44	39.776.418,03
IRPJ A PAGAR	- - -	- - -	5.110.192,10

Como se observa, de acordo com a decisão administrativa, antes de considerados os valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e pagos, compensados ou parcelados a título de estimativa de IRPJ, houve a apuração de saldo a pagar em relação ao mencionado tributo, no ano-calendário de 2009, no montante de R\$ 37.823.428,25.

Será a partir de tal valor, portanto, que serão analisadas as alegações recursais referentes aos valores devidos a título de estimativa.

#### 4.2 DA GLOSA DE ESTIMATIVAS

Na decisão de primeira instância, adotando-se a apuração realizada, até aquela data, no âmbito do processo administrativo nº 15578.720163/2013-78, foram considerados, para reduzir o IRPJ apurado, exclusivamente, os valores retidos na fonte e aqueles recolhidos/pagos a título de estimativa.

Não obstante, em primeiro lugar, após grande controvérsia, pacificou-se a posição de que o fato de os valores devidos a título de estimativa de IRPJ terem sido objeto de compensação por meio de DComp, ainda que não homologada, já é suficiente para a sua consideração na composição do saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009.

Tal entendimento decorre da posição externada no Parecer Normativo Cosit nº 2, de 3 de dezembro de 2018 (com *status* de norma complementar, na forma do art. 100 do CTN):

e) no caso de Dcomp não homologada, se o despacho decisório for prolatado após 31 de dezembro do ano-calendário, ou até esta data e for objeto de manifestação de inconformidade pendente de julgamento, então o crédito tributário continua extinto e está com a exigibilidade suspensa (§ 11 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996), pois ocorrem três situações jurídicas concomitantes quando da ocorrência do fato jurídico tributário: (i) o valor confessado a título de estimativas deixa de ser mera antecipação e passa a ser crédito tributário constituído pela apuração em 31/12; (ii) a confissão em DCTF/Dcomp constitui o crédito tributário; (iii) o crédito tributário está extinto via compensação; não é necessário glosar o valor confessado, caso o tributo devido seja maior que os valores das estimativas, devendo ser as então estimativas cobradas como tributo devido;

f) se o valor objeto de Dcomp não homologada integrar saldo negativo de IRPJ ou a base negativa da CSLL, o direito creditório destes decorrentes deve ser deferido, pois em 31 de dezembro o débito tributário referente à estimativa restou constituído pela confissão e será objeto de cobrança;

Assim, à data de transmissão das DComp tratadas no presente processo, as estimativas já estavam extintas, sob condição resolutória de sua posterior homologação, por meio de Declarações de Compensação. A não-homologação das compensações somente implicaria na exigência dos débitos, com base nas próprias DComp, posto que estas possuem a natureza de confissão de dívida.

Tal posição foi consolidada na recente Súmula CARF n.º 177:

Estimativas compensadas e confessadas mediante Declaração de Compensação (DCOMP) integram o saldo negativo de IRPJ ou CSLL ainda que não homologadas ou pendentes de homologação. (**Vinculante**, conforme **Portaria ME n.º 12.975**, de 10/11/2021, DOU de 11/11/2021).

De outra parte, em que pese, desde o início do presente processo, ter sido apontada a existência de alguns valores de estimativa de IRPJ objeto de parcelamento, não é necessário se adentrar à discussão acerca da possibilidade de se aplicar o entendimento acima também aos valores parcelados.

É que o acurado exame dos autos, bem como do processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78, revela que todos os valores que foram parcelados pela Recorrente já haviam sido previamente incluídos em Declaração de Compensação (DComp), de modo que se torna indubitável o enquadramento na situação prevista na Súmula acima transcrita.

No mesmo sentido, recente decisão da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Ano-calendário: 2005

COMPENSAÇÃO. SALDO NEGATIVO DE CSLL. CÔMPUTO DE ESTIMATIVAS PARCELADAS. POSSIBILIDADE NA HIPÓTESE DE ANTERIOR LIQUIDAÇÃO MEDIANTE DCOMP.

Estimativas compensadas e confessadas mediante DCOMP integram o saldo negativo de CSLL ainda que não homologadas ou pendentes de homologação (Súmula CARF n.º 177). Assim, é ilegítima a negativa, para fins de apuração de saldo negativo, do direito ao cômputo de estimativas parceladas depois de sua extinção mediante DCOMP que veio a ser não homologada. (Ementa em conformidade com o art. 63, §8º, do Anexo II, do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria MF n.º 343, de 2015). (Acórdão n.º 9101-006.233, de 5 de agosto de 2022, Relator Luís Henrique Marotti Toselli)

Deste modo, na apuração do saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009, devem ser consideradas as estimativas compensadas por meio de DComp (inclusive aquelas posteriormente parceladas e parcial ou totalmente extintas por pagamento), as quais, conforme Parecer Seort n.º 1.801/2013 (fls. 845/850), Despacho de fls. 1.482/1.484 e Despacho n.º 401/SEORT/DRF VIT/ES (exarado no processo administrativo n.º 15578.720163/2013-78), montam a R\$ 49.476.344,08, conforme demonstrativo a seguir:

PERÍODO	VALOR (R\$)	DCOMP	PROCESSO	SITUAÇÃO
Janeiro	3.640.000,00		10166.008796/2010-90	NÃO HOMOLOGADA
Fevereiro	1.319.000,00		13804.000810/2009-07	NÃO HOMOLOGADA
Março	0,00			NÃO HOMOLOGADA
Abril	0,00			NÃO HOMOLOGADA
Maio	257.000,00		10166.008796/2010-90	NÃO HOMOLOGADA
Junho	1.527.979,60		10166.008796/2010-90	NÃO HOMOLOGADA
Julho	4.031.976,25		10166.008796/2010-90	NÃO HOMOLOGADA
Agosto	3.609.822,64		10166.008796/2010-90	NÃO HOMOLOGADA
Setembro	6.515.076,99		13804.003247/2009-11	NÃO HOMOLOGADA
	764.338,64	36560.04313.230312.1.3.03-4711	15578.720052/2012-81	NÃO HOMOLOGADA
Outubro	12.727.986,75		10166.008796/2010-90	NÃO HOMOLOGADA
Novembro	7.000.943,18		13804.004557/2009-52	NÃO HOMOLOGADA
Dezembro	8.082.220,03		13804.000263/2010-95	NÃO HOMOLOGADA
	49.476.344,08			

#### 4.2 DO SALDO (NEGATIVO) DE IRPJ

A partir dos valores identificados nos tópicos anteriores, é possível se realizar a apuração do saldo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009, conforme a seguir detalhado:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
IRPJ APURADO	37.823.428,25
(-) IRRF	79.044,64
(-) ESTIMATIVAS PAGAS	5.683.955,06
(-) ESTIMATIVAS COMPENSADAS	49.476.344,08
SALDO DE IRPJ	(17.415.915,53)

#### 5 CONCLUSÃO

Por todo o exposto, voto por rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, por DAR PROVIMENTO PARCIAL ao Recurso Voluntário, para reconhecer um direito creditório correspondente ao saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009, no montante de R\$ 17.415.915,53, e homologar as compensações tratadas no presente processo, até o limite do crédito reconhecido.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Henrique Silva Figueiredo